



Caderno de Provas

CCN 05 – NS

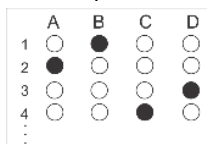
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Editais Nº. 001/2024 –
PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 5 (cinco) questões de Didática e 25 (vinte e cinco) questões de Língua Portuguesa.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Didática	05 questões	20 pontos
Língua Portuguesa	25 questões	80 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

- 01.** Os estudos dos reconhecidos pesquisadores, Demerval Saviani e José Carlos Libâneo, acerca da prática pedagógica atribuída à sala de aula, evidenciam que, essas práticas são influenciadas por distintas tendências ou teorias pedagógicas que marcam a história educacional brasileira. Nesse sentido, é correto afirmar que o conhecimento na perspectiva Histórico-cultural é construído
- A) na relação do indivíduo com o meio.
 - B) na interação sujeito-objeto a partir de ações socialmente mediadas.
 - C) na transmissão de conceitos científicos de imensa relevância ao desenvolvimento da sociedade.
 - D) na relação vida-experiência e aprendizagem como meio de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro da vida.
- 02.** As finalidades educacionais da Educação Básica no Brasil encontram-se assinaladas na Constituição Federal, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos demais documentos normativos correlatos. No campo didático, e de forma específica, na prática docente em sala de aula, essas finalidades servem de referência para definição
- A) da escolha do livro didático.
 - B) das estratégias de ensino.
 - C) dos objetivos de ensino.
 - D) do calendário escolar.
- 03.** Os estudos científicos no campo da Didática, defendem que a metodologia do ensino, não é neutra, ela resulta do contexto e do momento histórico em que é produzido. Diante dessa afirmativa, é correto afirmar que, a metodologia do ensino compreendida como uma estratégia que visa garantir o aprimoramento individual e social fundamenta-se na concepção de educação
- A) histórico-dialética.
 - B) escolanovista.
 - C) tradicional.
 - D) Crítica.
- 04.** O ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem (LUCKESI, 2005). Com base nessa afirmação, podemos afirmar que a avaliação, no contexto do exercício da docência exige
- A) uma sistemática em que os aspectos quantitativos prevalecem sobre os qualitativos.
 - B) uma gama de produção de materiais didáticos e testes de avaliação educacional.
 - C) uma visão racional-tecnológica, principalmente, nos dias atuais.
 - D) uma prática investigativa e reflexiva.
- 05.** A tecnologia vem ocupando de forma significativa espaços na atual sociedade. Portanto, ela está presente no ambiente escolar, dinamizando e apoiando o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os recursos digitais que, de forma independente e contextualizada, possam ser (re)utilizados para apoiar a aprendizagem são compreendidos como:
- A) instrumentos de auto-avaliação.
 - B) conteúdos de aprendizagem.
 - C) objetos de aprendizagem.
 - D) sistemas de ensino.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 06 a 22 referem-se ao texto a seguir.

A educação como prática de formação política para participação democrática e exercício da cidadania crítica

Henry Armand Giroux e Gustavo de Oliveira Figueiredo

Sabemos que o processo educativo permeia toda vida do ser humano. Desde o nascimento, a aprendizagem é uma necessidade de sobrevivência, uma capacidade que nos permite adaptar ao ambiente em que vivemos, uma possibilidade de desenvolver a inteligência e, também, uma possibilidade para transformar a realidade ou recriar culturas. A formação humana é um processo muito mais antigo e amplo do que o aprendizado que recebemos na família, escola ou universidade. Entretanto é a educação formal que tem a função de preparar os sujeitos para o convívio social e a participação nas decisões que envolvem suas necessidades e a comunidade. A Constituição brasileira define três objetivos principais para a educação: desenvolvimento humano e cultural; formação para o exercício do direito de cidadania; preparação para o trabalho. Todavia, esse último objetivo frequentemente é supervalorizado em detrimento dos outros. Cada vez mais as abordagens humanistas e críticas na educação têm sido silenciadas em escolas e universidades, perdendo espaço para o discurso das competências técnicas para o trabalho (alienado). Precisamos repensar a educação como uma prática de formação política capaz de preparar as pessoas para uma participação democrática verdadeira e o exercício crítico da cidadania. Para isso é urgente resgatar as premissas da ação dialógica e a pedagogia política proposta por Paulo Freire. Somente no diálogo, participando das conversas sobre histórias e lutas do local onde vivem, os estudantes serão capazes de compreender a natureza política das disputas em sua comunidade e participar de assuntos públicos mais amplos.

Infelizmente, o que temos visto acontecer na educação é que a dimensão política está sendo eliminada dos currículos escolares e as disciplinas têm se limitado à abordagem conteudista. Isso não ocorre por acaso e levanta a questão sobre quem tem o poder de definir o que pode, ou deve, ser aprendido. O discurso neoliberal já não se restringe somente à economia, mas avança ferozmente contra a educação e a cultura, que estão cada vez mais sujeitas ao controle de ideias e ao autoritarismo crescente em todo mundo. Essa ameaça também é visível na emergência de uma cultura anti-intelectual que ridiculariza o ideal de uma educação pública de qualidade, capaz de formar os estudantes para a vida, mas também para o exercício de uma cidadania crítica. Existem sinais visíveis desse autoritarismo na educação por todos os lados. Vão desde livros proibidos na educação básica, passando pelo controle e restrição da liberdade no trabalho de professores, acusados de fazer doutrinação ideológica por debater questões sociais relevantes, até uma perseguição aos próprios estudantes, que são frequentemente atacados quando trazem para o contexto escolar ou universitário as histórias e lutas dos movimentos sociais, principalmente no que se refere às pautas interseccionais atuais, transversais na luta de classes, como raça, gênero, etnia e sexualidade.

O que antes era impensável em termos de ataques à educação tornou-se algo cotidiano e a ignorância política é agora elogiada como uma virtude pelos grupos de direita. A forte polarização ideológica, transformada em espetáculo nas redes sociais, tem levado muitos professores a eliminar esses debates em sala de aula. A situação se agrava quando constatamos que em muitas instituições já não existem mais associações de alunos, centros acadêmicos ou grêmios estudantis. Na maioria das vezes a participação dos alunos e seus familiares é restringida e limita-se a assinar ingenuamente documentos que fraudam a participação legítima da comunidade escolar. A falta de participação é falsamente justificada como falta de interesse das novas gerações pela política, ou como apatia generalizada da sociedade frente ao cinismo e desfaçatez dos representantes políticos. A cidadania é reduzida aos termos de uma suposta lealdade à Nação. Não há uma reflexão mais aprofundada sobre as relações entre cidadãos e Estado. O autoritarismo voltou-se contra os princípios da própria democracia, distorcendo a linguagem moderna de autonomia, solidariedade, liberdade e justiça. Paradoxalmente, hoje em dia um cidadão crítico e consciente já não é mais alguém que trabalha somente para a glória da nação. O exercício de uma cidadania crítica no mundo contemporâneo se caracteriza por um sujeito consciente dos problemas globais, que defende os direitos humanos, que se preocupa com a questão ambiental, que defende a participação ativa na construção da democracia e que se preocupa com a redução das desigualdades sociais, culturais e econômicas, bem como todas as interseccionalidades que deterioram o bem estar social em um nível local. Fica explícito que a capacidade dos alunos para desenvolver um raciocínio crítico, estético e moral não pode ser desenvolvida sem uma formação política. Mas como poderão exercer a cidadania se não participarem de debates coletivos e se os embriões de movimento estudantil continuarem abortados com o silenciamento de suas vozes?

Mesmo assim, os governos continuam a dar mais prioridade à aquisição de competências técnicas para o trabalho, sempre com justificativa do desenvolvimento e crescimento econômico. A educação segue reproduzindo uma noção de individualismo e empreendedorismo que nutre grande desdém pela participação coletiva e pela própria vida em comunidade. Reforça assim a ideia de que o compromisso social não é digno de confiança. Uma linguagem que está escrita no discurso da economia e dos valores de mercado, mas não

na ética. Nessas circunstâncias, a superficialidade do ensino torna-se um trunfo, não um problema. As noções de solidariedade e justiça social são apagadas, juntamente com a desvalorização de pessoas, grupos e instituições que defendam uma formação crítica e sensível, engajada com o compromisso de mudança social. Os valores democráticos e as esperanças partilhadas foram substituídos por uma noção regressiva de hiper-individualismo, com valores egocêntricos e uma visão de produtividade e meritocracia. As formas de imaginar a sociedade por meio de um *ethos* coletivo fragmentaram-se e dissolveram-se num movimento de antipolítica marcado pela linguagem de liberdade individual dos cidadãos acrílicos. Esse processo de despolítica levanta algumas questões: como defender, nesse contexto educacional, uma concepção democrática da política? Como proporcionar o aprendizado das dinâmicas de participação coletiva necessárias ao diálogo político? Como a educação pode transformar a realidade sem mobilizar as forças sociais, coletivos e massas e sem formar, desde as escolas, esses agentes da mudança?

Precisamos resistir aos ataques conservadores repensando e reivindicando a educação como um projeto social, moral e político enraizado no objetivo de empoderamento e emancipação de todas as pessoas, especialmente se não quisermos negligenciar o papel da escola como uma esfera pública democrática. A educação para o empoderamento social é aquela que convida os alunos a pensar para além de si mesmos. Abraça o imperativo ético de que eles cuidem também dos outros. Aprende com as lições da história e reconhece a dinâmica de luta dos movimentos sociais. Tem o desafio de educar os estudantes para que se tornem sujeitos da história, capazes de transformá-la por meio da política e das diversas outras formas de luta que envolvem relações poder. Se os professores desenvolverem um projeto político e pedagógico baseado na verdade, na expansão da criatividade coletiva, na imaginação cívica e na prática da liberdade, certamente a democracia não será destruída por ímpetos autoritários e nem se instalará facilmente nenhum tipo de ditadura. Precisamos resgatar o trabalho docente como uma possibilidade emancipatória e garantir condições que permitam aos estudantes e suas famílias pensar contra a corrente, se constituírem como cidadãos críticos, empenhados na resolução dos conflitos sociais.

Uma educação com esses princípios precisa combinar uma linguagem de crítica sobre a realidade atual com uma visão de futuro baseada na esperança de transformação. Precisa fomentar a formação política, reavivar o ativismo social e se engajar na luta por uma noção de cidadania crítica, compartilhada entre os diversos segmentos e atores sociais. A formação política está relacionada com a capacidade de mobilização por meio de um projeto político e pedagógico que busque mudanças ambiciosas nas condições de vida das pessoas e que garanta, não só os direitos individuais, como também direitos coletivos mais amplos. Quando as escolas convidam a comunidade ao entorno para conversar sobre a política que envolve seu cotidiano, o resultado é que não só os alunos mas também toda a sociedade se tornam críticos às desigualdades e se organizam na luta por seus direitos. Assim é possível aprender que as disputas de poder podem ser negociadas por meio do diálogo, e que os conflitos podem gerar ações coletivas no campo da política, o que certamente exige tomar partido. Exatamente por isso não podemos admitir uma “escola sem partido”, pois não tomar partido diante das injustiças sociais e dos ataques à democracia é um mecanismo reacionário e conservador para anular a cidadania dos estudantes e controlar o potencial revolucionário das escolas. As instituições de ensino não podem se isolar da sociedade e continuar a prender o pensamento dos estudantes em grades curriculares e dispositivos de disciplina. Se as escolas tentarem censurar a política e negar o diálogo sobre problemas que chegam a partir do mundo exterior, elas serão apenas instituições de reprodução e controle social. Queremos escolas para domesticar e docilizar os estudantes ou escolas que instiguem o pensamento, despertem a curiosidade e formem seres humanos sensíveis e cidadãos responsáveis?

Não há democracia sem um sistema educativo capaz de despertar a consciência, desafiar o bom senso e criar modos de análise nos quais os estudantes vivenciem e reconheçam lutas comunitárias concretas que lhes permitam repensar as condições que moldam suas próprias vidas. Essa abordagem oferece a oportunidade de voltarmos a trabalhar com movimentos de base e de envolver a escola nas críticas à concentração de poder, injustiças econômicas e reivindicações de diferentes grupos socioculturais. É por isso a necessidade de que escolas e universidades se constituam em espaços críticos e abertos para a participação comunitária, intencionalmente concebidos para incentivar o debate, melhorar a liderança nos grupos populares e organizar estratégias para ações culturais coletivas. A capacidade de articular necessidades sociais, exigências culturais e problemas complexos depende de um aprendizado que envolve o diálogo e a participação na tomada de decisões. A capacidade de estabelecer consensos e articular coletivos nas disputas políticas depende da vivência de um ambiente onde os sujeitos possam experimentar, por vezes pela primeira vez, a importância da participação cidadã, como agentes críticos capazes de exercer algum nível de controle sobre suas próprias vidas e também sobre sua comunidade.

Se quisermos que as escolas ensinem que os conflitos sociais podem ser melhor solucionados pela política do que pela força e violência, precisamos atuar na cultura política dos estudantes. Nessa perspectiva, a educação precisaria emergir das lutas e dos movimentos sociais que criticam a ordem estabelecida, pois é inegável que essa atividade possui considerável complexidade para estimular debates, além de um enorme potencial formativo. A participação nas questões comunitárias pode ser então um laboratório de práticas para a vivência política dos estudantes. Essa ativação do espaço, como diria o geógrafo Milton Santos, pode criar um “território vivo”. Movimentando essas redes e criando novos fluxos, a escola, ou a universidade, teria

potencial para proporcionar aos educandos uma prática concreta na democracia participativa. A capacidade de diferentes pessoas se unirem e criarem um espaço organizado de conversa sobre questões relevantes para a vida delas possui um grande potencial que professores não deveriam desconsiderar.

Uma educação transformadora precisa proporcionar um ambiente que seja intelectualmente rigoroso, permitindo ao mesmo tempo que os alunos deem voz às suas experiências e compartilhem aspirações ou sonhos. Precisa ser um espaço protetor e corajoso, no qual os alunos sejam respeitados em sua subjetividade, mas também capazes de falar, escrever e agir coletivamente a partir um julgamento bem informado. Precisa ser um lugar de ligação com a sociedade em geral, abordando questões atuais e debatendo políticas importantes. Precisa também proporcionar condições para que os alunos aprendam um sentido de compromisso social alinhado aos valores de justiça e liberdade para todos, todas e todes. Por fim, precisa também proporcionar aos educadores condições adequadas de trabalho, remuneração compatível com sua responsabilidade e função social, além de uma maior autonomia sobre seu processo de trabalho. É uma questão crucial para a sociedade contemporânea o desenvolvimento da cidadania crítica e a construção de uma democracia participativa capaz de garantir uma melhor qualidade de vida. Para isso precisamos realmente repensar a educação como prática de formação política.

Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2024. [Adaptado]

06. O texto, de forma global, objetiva

- A) defender que a formação política é parte inegociável da educação formal oferecida aos estudantes.
- B) explicar como o processo educativo encontra-se imbricado ao longo da existência do ser humano.
- C) explicar por que as políticas educacionais tendem a priorizar o domínio de competências técnicas.
- D) defender uma educação transformadora, preocupada, exclusivamente, com o bem-estar discente.

07. Sobre a função dos parágrafos na progressão temática do texto, é correto afirmar:

- A) o quarto parágrafo inicia com um raciocínio conclusivo em relação ao parágrafo anterior.
- B) o primeiro parágrafo contextualiza o tema e apresenta o problema gerador da discussão.
- C) o segundo parágrafo exemplifica o que é afirmado no último período do primeiro parágrafo.
- D) o sétimo parágrafo responde positivamente ao questionamento formulado no sexto parágrafo.

08. A primeira palavra do segundo parágrafo funciona como

- A) marcador da imparcialidade dos autores diante da discussão desenvolvida no texto.
- B) indicador de uma atitude dos autores diante do que vai ser exposto nesse parágrafo.
- C) marca linguística possibilitadora da recuperação de uma informação implícita pressuposta.
- D) elemento linguístico orientador do movimento argumentativo de concessão presente no texto.

09. No último parágrafo, do segundo ao quinto período, a coesão se configura por meio de um recurso que se denomina

- A) paráfrase.
- B) paralelismo.
- C) substituição lexical.
- D) encapsulamento anafórico.

10. Considere o período reproduzido a seguir.

Assim é possível aprender que as disputas de poder podem ser negociadas por meio do diálogo, e que os conflitos podem gerar ações coletivas no campo da política, o que certamente exige tomar partido. Exatamente por isso não podemos admitir uma “escola sem partido”.

Esse período revela uma preocupação dos autores em modalizar o discurso por meio do uso

- A) do verbo “poder”, na primeira e na segunda ocorrências, indicando facultatividade, e do advérbio “certamente”.
- B) do verbo “poder”, na primeira e na segunda ocorrências, indicando facultatividade, e do verbo “admitir”.
- C) do verbo “poder”, na primeira e na segunda ocorrências, indicando possibilidade, e do verbo “admitir”.
- D) do verbo “poder”, na primeira e na segunda ocorrências, indicando possibilidade, e do advérbio “certamente”.

11. As palavras “entretanto” e “todavia”, no primeiro parágrafo, estabelecem,

- A) entre orações, a mesma relação semântica.
- B) entre períodos, a mesma relação semântica.
- C) entre períodos, relações semânticas distintas.
- D) entre orações, relações semânticas distintas.

As questões 12 e 13 referem-se ao trecho reproduzido a seguir.

A educação para o empoderamento social é aquela que convida os alunos a pensar para além de si mesmos. Abraça o imperativo ético de que eles cuidem também dos outros. Aprende com as lições da história e reconhece a dinâmica de luta dos movimentos sociais. Tem o desafio de educar os estudantes para que se tornem sujeitos da história, capazes de transformá-la por meio da política e das diversas outras formas de luta que envolvem relações poder.

12. A inter-relação dos períodos desse trecho se dá, sobretudo, por meio do recurso coesivo da

- A) substituição por palavra lexical.
- B) omissão do elemento linguístico.
- C) substituição por palavra gramatical.
- D) repetição do elemento linguístico.

13. Considerando-se uma situação de escrita formal, o pronome “eles”, no segundo período, poderia ser substituído

- A) por um sinônimo da palavra “alunos”.
- B) pela expressão “os mesmos”.
- C) por um pronome oblíquo.
- D) pela partícula “se”.

14. Considere o período:

Sabemos que o processo educativo permeia toda vida do ser humano.

Sobre o verbo da segunda oração, é correto afirmar que ele segue o mesmo modelo de conjugação do verbo

- A) “incendiar”, que é de conjugação regular.
- B) “anunciar”, que apresenta conjugação regular.
- C) “ansiar”, que muda o “i” em “ei” nas formas rizotônicas.
- D) “pentear”, que recebe um “i” depois do “e” nas formas rizotônicas.

15. Considerando os aspectos temático, estilístico e composicional, o texto 1 é representativo do gênero

- A) artigo de opinião e faz parte do domínio discursivo jornalístico.
- B) artigo informativo e faz parte do domínio discursivo acadêmico.
- C) resenha jornalística e faz parte do domínio discursivo jornalístico.
- D) resenha acadêmica e faz parte do domínio discursivo acadêmico.

16. Um elemento linguístico que substituiria a palavra “infelizmente” e sinalizaria a relação semântica coerente entre o primeiro e o segundo parágrafos seria

- A) porém.
- B) portanto.
- C) além disso.
- D) por isso.

As questões 17 e 18 referem-se ao período reproduzido a seguir.

Não há democracia sem um sistema educativo capaz de despertar a consciência, desafiar o bom senso e criar modos de análise nos quais os estudantes vivenciem e reconheçam lutas comunitárias concretas que lhes permitam repensar as condições que moldam suas próprias vidas.

17. Sobre o pronome oblíquo empregado nesse período, é correto afirmar que ele exerce função de

- A) objeto direto e refere-se a “os estudantes”.
- B) objeto indireto e refere-se a “os estudantes”.
- C) objeto direto e refere-se a “lutas comunitárias”.
- D) objeto indireto e refere-se a “lutas comunitárias”.

18. É correto afirmar que, nesse período, há

- A) três pronomes relativos e um pronome possessivo.
- B) duas conjunções integrantes e um pronome relativo.
- C) dois pronomes relativos e uma conjunção integrante.
- D) um pronome possessivo e duas conjunções integrantes.

19. Analise o período a seguir.

Quando as escolas convidam a comunidade ao entorno para conversar sobre a política que envolve seu cotidiano, o resultado é que não só os alunos mas também toda a sociedade se tornam críticos às desigualdades e se organizam na luta por seus direitos.

De acordo com o padrão normativo da língua portuguesa, nesse período, existem

- A) três orações subordinadas, sendo uma adverbial, uma adjetiva e uma substantiva; além de duas coordenadas aditivas.
- B) duas orações subordinadas adjetivas e três orações coordenadas, sendo uma adversativa, uma explicativa e uma aditiva.
- C) três orações subordinadas, sendo duas adverbiais e uma adjetiva; além de uma coordenada aditiva.
- D) duas orações subordinadas substantivas e três orações coordenadas, sendo duas aditivas e uma adversativa.

20. Analise o parágrafo a seguir.

Se quisermos que as escolas ensinem que os conflitos sociais podem ser melhor solucionados pela política do que pela força e violência, precisamos atuar na cultura política dos estudantes. Nessa perspectiva, a educação precisaria emergir das lutas e dos movimentos sociais que criticam a ordem estabelecida, pois é inegável que essa atividade possui considerável complexidade para estimular debates, além de um enorme potencial formativo. A participação nas questões comunitárias pode ser então um laboratório de práticas para a vivência política dos estudantes. Essa ativação do espaço, como diria o geógrafo Milton Santos, pode criar um "território vivo". Movimentando essas redes e criando novos fluxos, a escola, ou a universidade, teria potencial para proporcionar aos educandos uma prática concreta na democracia participativa. A capacidade de diferentes pessoas se unirem, e criarem um espaço organizado de conversa sobre questões relevantes para a vida delas, possui um grande potencial que professores não deveriam desconsiderar.

Considerando a heterogeneidade enunciativa, neste parágrafo, a voz de Milton Santos é trazida

- A) sob uma forma híbrida de citação e se contrapõe à visão do espaço escolar como organismo vivo e gerador de debates.
- B) tão somente sob forma de citação indireta e se contrapõe à visão do espaço escolar como organismo vivo e gerador de debates.
- C) tão somente sob forma de citação direta e confirma a importância da escola como agente da democracia participativa.
- D) sob uma forma híbrida de citação e confirma a importância da escola como agente da democracia participativa.

21. Considerando a situação de produção do texto,

- A) a utilização dominante da linguagem denotativa está adequada ao gênero discursivo.
- B) a utilização da primeira pessoa e da linguagem conotativa está inadequada tipo textual.
- C) a linguagem coloquial do texto está inadequada ao tipo textual, mas adequada ao público-alvo.
- D) a linguagem científica dominante no texto está adequada ao público-alvo e ao gênero discursivo.

22. Considerando a organização das ideias, a ideia central do primeiro parágrafo

- A) está sintetizada no último período.
- B) está sintetizada no quarto período.
- C) está diluída nos três últimos períodos.
- D) está diluída nos três primeiros períodos.

Para responder às questões de 23 a 26, analise o trecho a seguir.

Uma educação transformadora precisa proporcionar um ambiente **que[1]** seja intelectualmente rigoroso, permitindo ao mesmo tempo que os alunos deem voz às suas experiências e compartilhem aspirações ou sonhos. Precisa ser um espaço protetor e corajoso, **no qual [2]** os alunos sejam respeitados em sua subjetividade, mas também capazes de falar, escrever e agir coletivamente a partir um julgamento bem informado.

23. Os verbos “dar” e “compartilhar” estão conjugados no
- A) Infinitivo pessoal.
 - B) futuro do indicativo.
 - C) imperativo afirmativo.
 - D) presente do subjuntivo.
24. Os termos [1] e [2] exercem, respectivamente, a função de
- A) sujeito e adjunto adverbial.
 - B) sujeito e adjunto adnominal.
 - C) objeto direto e objeto indireto.
 - D) objeto indireto e complemento nominal.
25. No trecho, o uso do acento grave, de acordo com a norma padrão do português escrito,
- A) não é obrigatório, por não haver a fusão entre preposição e artigo feminino.
 - B) é obrigatório, por contribuir para evitar, necessariamente, uma ambiguidade.
 - C) é obrigatório, por haver a fusão de uma preposição exigida pela regência do verbo “dar” com um artigo feminino plural.
 - D) não é obrigatório, por estar diante de um pronome possessivo substantivo, que se refere a “experiências”.
26. Considerando o português escrito padrão, as relações sintático-semânticas e o uso dos sinais de pontuação, é correto afirmar:
- A) a vírgula depois do adjetivo “corajoso” não pode ser retirada, pois intercala um aposto.
 - B) a vírgula depois do adjetivo “rigoroso” marca, exclusivamente, uma pausa respiratória.
 - C) a vírgula antes da conjunção “mas” marca a introdução de uma oração coordenada adversativa.
 - D) a vírgula pode ser colocada antes do primeiro “que”; porém, isso acarretará numa alteração semântica.

Para responder às questões 27 e 28, considere o cartum a seguir.



<https://cartum.folha.uol.com.br/quadrinhos/2024/02/24/viver-doi-fabiane-langona.shtml>

27. Ao utilizar o cartum em uma aula de português, no ensino fundamental, o professor pediu para os seus alunos:

- 1- explicarem por que algumas palavras foram acentuadas;
- 2- substituírem o substantivo “dicotomia” por um sinônimo;
- 3- adequarem a palavra “assessibilidade” à escrita padrão.

Analisando a atividade proposta pelo professor, é correto afirmar que, nela, está subjacente uma concepção de linguagem como

- A) código.
- B) interação.
- C) variação linguística.
- D) expressão do pensamento.

28. Para recuperar a intenção comunicativa prioritária do texto, o leitor precisa acionar, por escala gradativa de prioridade,

- A) o conhecimento linguístico, a focalização e a conotação.
- B) o conhecimento enciclopédico, a informatividade e a conotação.
- C) o conhecimento linguístico, o contexto e as informações implícitas.
- D) o conhecimento enciclopédico, as regras do gênero e as informações implícitas.

29. Para se conseguir que os alunos se tornem cidadãos críticos às desigualdades e se organizem na luta pelos seus direitos, as aulas de língua portuguesa são fundamentais. O professor de português tem um papel relevante e pode contribuir, por meio do processo de leitura, para que isso ocorra. Sendo assim, a formação de um leitor crítico efetiva-se quando o professor, a partir de uma leitura interativa, *estimula os alunos a*

- A) extraírem as informações de um texto decodificando letra por letra, palavra por palavra, a fim de identificar, de maneira prioritária, as informações relevantes e o objetivo principal do texto.
- B) compreenderem e interpretarem um texto, a partir dos objetivos deste, dos seus aspectos sócio-históricos e das concepções que, às vezes, estão, sutilmente, embutidas em suas entrelinhas.
- C) terem contato com uma quantidade variada de gêneros textuais pertencentes a múltiplas esferas da comunicação, promovendo a experiência gratuita do prazer estético, do ler pelo simples gosto de ler.
- D) estimular os alunos a perceberem a diversidade linguística em textos literários e não literários, identificando as palavras faladas e escritas erradas e valorizando, assim, a linguagem formal.

30. Leia a entrevista a seguir, de Gabriel Perrissé.

ÉPOCA - Qual é a principal habilidade que falta nos jovens que não sabem escrever bem?

Gabriel Perissé - A leitura é uma prática que precede a escrita. Estou falando de uma leitura interpretativa, não apenas mecânica. Ler bem significa tirar sentido de um texto, gerar um raciocínio. É um exercício também de imaginação.

ÉPOCA - Como ensinar esse tipo de leitura?

Perissé - Ela envolve três fatores: a qualidade dos textos que circulam, o acesso a eles e mediação necessária entre o leitor e o texto, que é feita pelo professor e pelos pais. Sobre esse último ponto, temos um problema e tanto. Para começar, os professores não leem. Consequentemente, também não escrevem. Temo falhas sérias na formação dos que têm a função de ensinar a ler. A escola não ensina a ler para questionar, ensina a ler para acatar. Daí surgem os leitores com dificuldade para entender ironias, as entrelinhas. E não adianta nada aulas com macetes, técnicas, dicas e truques. Isso não resolve o problema.

ÉPOCA - Qual é a origem dessa má formação dos professores e da baixa qualidade das escolas?

Perrissé - Há um contexto histórico. Até as décadas de 60 e meados da década de 70, tínhamos uma leitura sofisticada. Até na imprensa. Pense em textos de Nelson Rodrigues, por exemplo. Ou do Otto Lara Resende. Depois os textos de jornais e revistas entraram num período mais técnico, neutro e objetivo. A ditadura militar, por sua vez, apagou qualquer estímulo ao pensamento crítico, ao mesmo tempo em que a escola passou a ser acessível para muito mais gente. A partir dos anos 80, colhemos o resultado disso. Surgiu uma geração que não sabe criticar, ponderar, a pensar por conta própria, que busca nos textos não a contundência de antes, mas apenas a informação. A formação ruim dos professores é fruto desse cenário. O próprio curso de Letras ficou desprestigiado.

ÉPOCA - Há alguma melhora nesse cenário?

Perissé - Há muitas tentativas. Talvez daqui a 15 anos melhore, se tudo der certo, mas acho que ainda sofremos hoje as consequências desse passado. Tem aí uma molecada de 11, 12 anos, filhos de uma geração mais antenada, que leu Harry Potter – obra contemporânea e de qualidade – que se liga mais em leitura, que descobriu que ler pode ser bacana graças a essa obra. Para os pais, um aviso: envolva seu filho na leitura. Quando nos cercamos de pessoas com certas habilidades, fica muito mais fácil aprender e gostar. Não dá tempo de ler junto todo dia? Leva para passear na livraria.

<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/02/bgabriel-perisseb-escola-nao-ensina-ler-para-questionar.html>

A partir da leitura da entrevista, é correto afirmar que

- A) escrever e ler são atividades interdependentes, uma não interfere na outra.
- B) desenvolver o hábito de leitura nas crianças é uma responsabilidade exclusiva da escola.
- C) a má formação dos professores é a única causa do desinteresse dos alunos pela literatura.
- D) as aulas de leitura, na escola, são responsáveis por produzirem indivíduos não questionadores.